

Pagamento de juros pode aumentar para 50%

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Banco Central (BC) está autorizado a aumentar do nível de 30 para 50% o limite para o pagamento dos juros correntes devidos aos bancos credores privados tão logo o Senado Federal tenha aprovado o acordo em princípio que está sendo negociado, em Nova York, com o comitê assessor de bancos.

A decisão recebeu ontem o respaldo dos membros do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ajuda ao andamento das negociações que estão na reta final mas que dependem ainda de detalhes que o presidente do BC, Francisco Roberto André Gros, considera importantes: "Esses detalhes (pendentes) são firulas que valem dezenas de milhares de dólares", disse ele ontem, complementando que a perspectiva de ampliar o limite de pagamento dos juros para 50% representa "um sinal de que estamos dispostos a nos mover".

Para um estoque de dívida externa do setor público — objeto da renegociação com o comitê de bancos privados — estimado em US\$ 40 bilhões, considerando-se a taxa da

"Libor" (praticada no mercado interbancário de Londres) em torno de 5% ao ano e mais um "spread" (taxa de risco) sobre a "Libor" de 1% ao ano, o País passaria a pagar US\$ 1 bilhão de juros aos bancos por ano em vez dos US\$ 600 milhões por ano que vem desembolsando, grosso modo, dentro do limite de 30%.

TETO

A iniciativa, comunicada formalmente ontem, tem efetivamente o objetivo de manter o País no processo de negociações com o comitê de bancos, que, para Gros, está próximo de chegar ao término. "Os bancos não aceitaram refinarciar os 70% de juros que não estamos desembolsando (desde janeiro de 1991) mas aceitam refinarciar 50% dos juros pendentes dentro de grandes condições", explicou ontem o presidente do BC, adiantando que a parcela dos juros a ser refinanciados deve tomar a forma de um bônus do tipo que foi acertado pelo ex-negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster, embora Gros lembre que alguns critérios devem ser reavaliados como, por exemplo, o intervalo de taxas de juro estipulado naqueles bônus

— com um teto a partir do qual o Brasil não pagaria e um piso, abaixo do qual o País não se beneficiaria — já que hoje os juros internacionais se encontram em níveis bem mais reduzidos do que na época da negociação daquele acordo.

CONSENSO

Há pontos fundamentais que ainda precisam ser arredondados na mesa de negociação. Não só a forma que tomarão os bônus dos juros em atraso está em discussão mas também diferentes tipos de papel para representar os valores daqueles atrasados. Por exemplo, disse Gros, os 20% de juros não desembolsados até aqui devem tomar a forma de um bônus com condições menos flexíveis para o Brasil do que a parcela de juros a vencer e que não será desembolsada até que o acordo em renegociação se torne efetivo. E isso só deve acontecer, na melhor das hipóteses, em janeiro ou fevereiro do ano que vem. Naquela ocasião, se tudo correr dentro do previsto, o País passará a manter o pagamento dos juros devidos aos bancos em dia já dentro do novo formato que tomará a dívida externa do setor público, diluída em seis diferen-

tes tipos de bônus que serão oferecidos aos bancos para escolha.

Enquanto o acordo da dívida não é fechado em princípio com o comitê de bancos e enquanto o Senado Federal não tiver aprovado esse acordo em princípio o País continuará desembol-

sando apenas partes dos juros aos credores privados e a regra já foi ontem estendida pelo CMN para o terceiro trimestre do ano, até setembro.

O presidente do BC confirmou que as discussões entre o governo e os bancos em torno das garantias —

"enhancements" — que envolvem três instrumentos financeiros estão praticamente concluídas, com o consenso de que o aporte mínimo no momento da assinatura de contratos deve ser de US\$ 3,2 bilhões. O Brasil entrará com US\$ 1,6 bilhão.